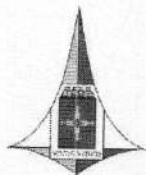


FL 534

PROC 084 000193/2017

RUB MAT: 218.238-5



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Educação
Subsecretaria de Educação Básica
Coordenação de Políticas Educacionais para Juventude e Adultos

PLANO DE CURSO
TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO

BRASÍLIA – DF
2017

A handwritten signature or mark, possibly a stylized letter 'Q' or a similar symbol, located in the bottom right corner of the page.

FL 555

PROC 084 000193/2017
RUB  MAT: 218.238-5**IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

EIXO TECNOLÓGICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN
BASE LEGAL	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos CNCT/MEC/2016 - Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 e na Resolução CNE/CEB nº 3/2008; Guia FIC 4º edição – Portaria MEC nº 12/2016 Resolução CNE/CEB nº 1 de 2005; Decreto Federal nº 5.622 de 2005; Decreto Federal nº 5.154/2004; Resolução CNE/CEB nº 04/1999 e Lei Federal nº 9.394/1996.
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	Técnico em Guia de Turismo
QUALIFICAÇÃO INTERMEDIÁRIA 1	Condutor Cultural Local
FORMA DE OFERTA	Concomitante
CARGA HORÁRIA TOTAL	800 Horas



Documento revisado pela Equipe da Coordenação de Políticas Educacionais para Juventude e Adultos (COEJA), da Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF).
Setor Bancário Norte, Edifício Phenícia, Quadra 02, Bloco "C", 8º Andar - Brasília - DF - CEP: 70.040-020 Fone: (61) 3901-3255 - E-mail: diep.subeb@se.df.gov.br

FL 556

PROC 084 000193/2017

RUB MAT: 218.238-5

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1. JUSTIFICATIVA	6
2. OBJETIVOS E METODOLOGIA ADOTADA	7
2.1.OBJETIVO GERAL.....	8
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
2.3. METODOLOGIA ADOTADA.....	9
3. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO.....	10
3.1 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA.....	11
4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO	12
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	12
5.1.MATRIZ CURRICULAR:	14
5.2. EMENTAS:	15
6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	24
7. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO ENSINO, DA APRENDIZAGEM E DO CURSO	26
8. INFRAESTRUTURA ADEQUADA AO CURSO:.....	28
9. CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO DE ESTUDOS E DIPLOMAÇÃO.....	28
10. RELAÇÃO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS.....	29
11. RELAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E DE APOIO.....	31
12. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS, DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	31
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

APRESENTAÇÃO

Trata o presente documento do Plano de Curso Técnico em Guia de Turismo, a ser desenvolvido na forma articulada, concomitante ao ensino médio, dirigido aos estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal, como parte da estratégia do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), denominada MédioTEC.

A proposta do Ministério da Educação (MEC), a qual a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) aderiu, prevê a oferta de cursos técnicos aos estudantes da rede pública de ensino no contraturno do ensino médio, possibilitando que os mesmos obtenham habilitação em curso técnico ao concluir o ensino médio. Como a proposta de desenvolvimento do curso será na forma articulada, concomitante ao ensino médio regular, o presente Plano de Curso apresenta apenas os componentes curriculares específicos para a formação do perfil profissional previsto, sendo que os componentes curriculares da Base Nacional Curricular Comum para formação geral estão garantidos no ensino médio regular.

Nesse sentido, o Curso Técnico em Guia de Turismo se apresenta como uma das possibilidades de formação, elencadas pelo MEC, considerando o atual cenário, no que diz respeito às demandas de técnicos no Distrito Federal, com o objetivo de formar profissionais com as competências necessárias para favorecer o desenvolvimento do turismo, setor este com grande potencial de crescimento na região.

Portanto, o presente Plano de Curso seguirá as orientações normativas nos âmbitos federais e distritais, a saber: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013), Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012), Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2008), a Resolução nº 1/2012-CEDF (alterada em seus dispositivos pela Resolução nº 1/2014-CEDF, publicada no DODF nº 43, de 26 de fevereiro de 2014, p.5), Ocupações CBO associadas 511405-Guia de Turismo.

Assim, o Plano de Curso aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), configura-se como um documento norteador do trabalho pedagógico para a formação profissional de técnicos, capazes de atuar com competência e ética, em diferentes contextos sociais, vinculados a sua área.

Para isso o documento apresenta a justificativa que fundamenta a oferta do curso em tela, estabelece seu objetivo central e os objetivos específicos transversais bem como a metodologia indicada para o alcance dos mesmos. Na sequência, o documento lista os principais requisitos para o ingresso de estudantes e o perfil esperado do profissional ao término do curso. Esses tópicos fundamentam o item referente à organização curricular, e

encaminham para o item que define os critérios de avaliação e o processo de acompanhamento, controle e avaliação do ensino, da aprendizagem e do curso. Por fim são descritas a infraestrutura e a relação de profissionais necessários para a execução do curso e os devidos critérios que definem o aproveitamento de estudos.

Assim, o curso será ministrado na modalidade presencial de forma concomitante ao Ensino Médio, com carga horária total de 800 (oitocentos) horas divididas em dois módulos com 400 (quatrocentos) horas cada, considerando a hora-aula é de 60 minutos. Ao concluir todos os componentes curriculares do módulo I (400 h.), o estudante receberá uma certificação/saída intermediária de Conductor de Turismo em Espaços Culturais Locais, conforme a possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo do Curso Conductor de Turismo em Espaços Culturais Locais, e concluindo com êxito todos os componentes curriculares do módulo II (400 h.) e o Ensino Médio, o estudante receberá a diplomação de Técnico em Guia de Turismo, conforme definido pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (BRASIL, 2016).



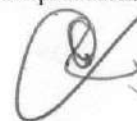
1. JUSTIFICATIVA

O curso de Técnico em Guia de Turismo está de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, no Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer. As aprendizagens do curso estão direcionadas para desenvolver nos estudantes as habilidades voltadas à área de turismo. O curso abordará a formação e a prática necessárias para o futuro profissional. O profissional formado terá uma visão crítica na área de atuação.

Um dos mais poderosos setores da economia no mundo e com maior potencial de crescimento, o turismo tem aumentado seu crescimento e tem se revelado um campo em constante expansão. O turismo está envolto em uma complexa e diversificada rede de indústrias e de serviços que impacta de forma positiva a economia local através de gerações de diferentes empregos, entre eles o de Guia de Turismo, definido pela Lei n.º 8.623 de 28 de janeiro de 1993.

O Distrito Federal realiza um esforço para constituir as políticas públicas de turismo, fato que se comprova pela aprovação, em 2012, da Lei Distrital nº 4.883, de 11 de julho, que dispõe sobre a política de turismo do Distrito Federal, seus princípios, diretrizes e estratégias. Entre os objetivos da política de turismo do DF, disposto no artigo 4º, § 1º está o de incentivar e viabilizar investimentos e financiamentos para o setor turístico, de modo a propiciar desenvolvimento para o Distrito Federal e o da disseminação do turismo como atividade que contribui para o desenvolvimento socioeconômico e sociocultural, a conservação ambiental, a valorização cultural, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos naturais.

Em virtude dessa enorme gama de possibilidades de ações, da importância do Turismo, do investimento dos setores público e privado, das políticas públicas do DF e do aumento de exigência dos consumidores desse setor é imprescindível uma formação e capacitação dos profissionais que atuarão ou atuam nessa área. É necessário qualificar com competência. Em virtude disso, o Curso Técnico em Guia de Turismo desenvolvido pela Secretaria do estado e da Educação do DF direcionou os seus componentes curriculares, afim de que os estudantes possam desempenhar atividades diversas relacionadas a informações das legislações locais e nacionais e políticas públicas desenvolvidas, gestão e empreendedorismo dos diferentes setores da complexa indústria e dos serviços de turismo, desenvolvimento das competências profissionais necessárias e comuns a todo profissional que atua na área de Turismo e Hospitalidade, de modo a favorecer o diálogo e a interação com os demais profissionais da área, bem como ampliar sua esfera de atuação. O curso conta com uma grande variedade de conteúdos curriculares garantindo ao estudante uma aprendizagem ampla



e com pluralidade em diversas áreas para o desempenho profissional nos espaços destinados ao setor turístico que tem aumentado no DF.

Como categoria profissional, através da Deliberação da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) nº 427/2001, que adota critérios para a regulamentação do plano de curso das instituições de formação técnica e profissional para Guias de Turismo, o técnico em Guia de Turismo pode atuar conforme os requisitos e critérios estabelecidos na Portaria nº 27/2014 do Ministério de Turismo. Permitindo assim atender a esse ramo de mercado que tem crescido, principalmente no DF.

Diante desse cenário, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) oferece educação profissional e tecnológica, com o curso Técnico em Guia de Turismo, tendo em vista a necessidade de se formar profissionais com conhecimento técnico para assumir as demandas impostas pelas atuais demandas do setor de turismo, hospitalidade e lazer, por meio de educação gratuita, de qualidade e elaborada para atender aos desafios e às expectativas que o mercado regional apresenta.

Neste sentido, a SEEDF, por intermédio de suas unidades ofertantes de Educação Profissional busca ofertar cursos Técnicos de Nível Médio promovendo a formação profissional, com vistas a elevação da escolaridade e inserção no mundo do trabalho, além de estimular a aproximação, a cooperação e a troca de experiências entre os profissionais que pretendem atuar na área de turismo. Assim, esta SEEDF, propõe o curso Técnico de Nível Médio de Guia de Turismo do Eixo Tecnológico turismo, hospitalidade e lazer, visando o melhor atendimento nestes serviços, contribuindo assim, para a excelência no atendimento nesta área, colocando em prática o objetivo em foco que é a formação profissional.

Quando da finalização da política pública do Programa MédioTEC ficará a cargo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal manter a oferta do respectivo curso concomitante ou subsequente, podendo inclusive serem estendidos para estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA ADOTADA

O curso de Técnico em Guia de Turismo visa possibilitar ao estudante as competências conceituais e habilidades de para que ele seja capaz de atuar como protagonista no processo produtivo no setor de turismo, hospitalidade e lazer.

Dessa forma, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, ao oferecer o Curso Técnico em Guia de Turismo, tem por objetivos:



2.1.OBJETIVO GERAL

Promover a formação com competência técnica e humanista, respeitando os preceitos éticos, de profissionais interessados em atuar no campo de Guia de Turismo em agências de viagem e operadoras de turismo, organismos turísticos ou de forma autônoma.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Possibilitar a formação de profissionais no setor de turismo, favorecendo a transformação da comunidade pela experiência educativa e profissional.

Favorecer o desenvolvimento dos potenciais de sensibilidade e expressividade artísticas no que concerne aos conceitos do turismo, por meio de ação teórico-prática e prático-teórica;

Proporcionar a formação de profissionais capazes de lidar com teorias, conceitos e métodos próprios da área de turismo, hospitalidade e lazer,

Disponibilizar conhecimentos teóricos e práticos habilitando profissionais aptos a conduzirem pessoas ou grupos em traslados, passeios, visitas e viagens;

Favorecer a aquisição de conhecimentos para que o estudante possa estruturar, apresentando roteiros e itinerários turísticos de acordo com interesses, expectativas ou necessidades específicas;

Disponibilizar conhecimentos aos futuros guias em turismo para que possam informar aos visitantes sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais e geográficos do Distrito Federal e entorno.

Oportunizar conteúdo sobre gestão e empreendedorismo para administrar serviços turísticos;

Discutir sobre as legislações vigentes e políticas públicas de interesse para atuação em agências e operadoras de turismo e viagem;

Corroborar no desenvolvimento da cidadania, enfatizando a adequada postura profissional, o conhecimento dos deveres, dos direitos e da responsabilidade social e ambiental.

Promover condições de aprendizagem profissional, artística emancipada, mobilizada e transformadora, favorecendo ao educando condições de inserção socioprofissional;

Oportunizar condições para a construção de competências, habilidades e atitudes profissionais na perspectiva do mundo da produção e do trabalho, bem como a construção de referenciais e valores que aliem a formação nas dimensões técnica e cidadã;



Possibilitar a avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimentos adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;

Incentivar o desenvolvimento do potencial criativo e inovador dos educandos, privilegiando sua capacidade de problematizar acerca dos diferentes momentos e demandas do mundo do trabalho.

2.3. METODOLOGIA ADOTADA

O curso Técnico em Guia de Turismo será ministrado na modalidade presencial de forma articulada, concomitante ao Ensino Médio e terá a carga horária total de 800 (oitocentas) horas divididas em dois módulos com 400 (quatrocentos) horas cada, considerando que a hora-aula será de 60 minutos. Ao concluir todos os componentes curriculares do módulo I (400 h.), o estudante receberá uma certificação/saída intermediária de Conductor Cultural Local, conforme a possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo do Curso Técnico em Guia de Turismo, definido pelo Catalogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2016).

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Ensino Médio se fundamenta no Trabalho como princípio educativo e na Pesquisa como princípio pedagógico. Isso quer dizer que toda a aprendizagem terá origem ou fundamento em atividades desenvolvidas pelos estudantes, com o objetivo de promover uma intervenção transformadora na sua realidade.

As indicações metodológicas que orientam este curso são pautadas pelos princípios da aprendizagem com autonomia e com o desenvolvimento de competências profissionais, entendidas como a “capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”¹.

As competências profissionais descritas na organização curricular foram definidas com base no perfil profissional de conclusão, considerando processos de trabalho de complexidade crescente, relacionados com o turismo. Tais competências desenham um caminho metodológico que privilegia a prática pedagógica contextualizada, colocando o estudante frente a situações problemáticas que possibilitem o exercício contínuo da mobilização e a articulação dos saberes necessários para a ação e a solução de questões inerentes à natureza do trabalho neste segmento.

¹ Esta é a definição de competência profissional presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico – Resolução CNE/CEB no 04/99.

A incorporação de tecnologias atende aos processos de produção da área, às constantes transformações que lhe são impostas e às mudanças socioculturais relativas ao mundo do trabalho, propiciando aos estudantes a vivência de situações desafiadoras que permitam maior envolvimento, instigando-os a decidir, opinar, debater e construir com autonomia o seu desenvolvimento profissional. Finalmente, estas tecnologias oportunizam o trabalho em equipe, bem como o exercício da ética, responsabilidade social e atitude empreendedora.

Respeitando-se a autonomia dos docentes na transposição didática dos conhecimentos selecionados nos componentes curriculares, as metodologias de ensino pressupõem procedimentos didático-pedagógicos que auxiliem os alunos nas suas construções intelectuais, procedimentais e atitudinais, tais como: elaboração e implementação de planejamento, registro e análise de aulas e atividades realizadas; problematização do conhecimento, considerando os diferentes ritmos de aprendizagens e a subjetividade do estudante, incentivando-o a pesquisar em diferentes fontes; contextualização dos conhecimentos, valorizando as experiências dos estudantes, sem perder de vista a (re)construção dos saberes; elaboração de materiais didáticos adequados ao público envolvido para subsidiar as atividades pedagógicas; disponibilização de apoio pedagógico para estudantes que apresentarem dificuldades, visando à melhoria contínua da aprendizagem; diversificação das atividades acadêmicas, utilizando aulas expositivas dialogadas e interativas, desenvolvimento de projetos, aulas experimentais, visitas técnicas, seminários, debates, atividades individuais e em grupo, grupos de estudos e outros; organização o ambiente educativo visando articulação de múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos diante das situações reais da vida.

Dessa forma, por meio do processo educativo, serão criadas situações de aprendizagem pautadas nos princípios de autonomia, solidariedade e respeito ao próximo e que possibilitem aos estudantes, o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

Assim, durante o curso, o estudante será capacitado para elaborar, executar e coordenar projetos relacionados a prática de turismo, seguindo princípios estéticos, normas técnicas de qualidade, meio ambiente, de saúde e segurança no trabalho.

3. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO

O curso de Técnico em Guia de Turismo está acessível aos estudantes regularmente matriculados no ensino médio da rede pública de ensino do DF, e estejam cursando a segunda



série do Ensino Médio, com interesse em desempenhar atividades relacionadas ao turismo e que atendam às exigências definidas no processo seletivo específico para cursos ofertados pelo Programa MédioTEC.

Em consonância com o Art. 253 do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015), o ingresso e a matrícula dos estudantes neste curso serão efetivados por meio de processo seletivo próprio para os cursos ofertados pelo Programa MédioTEC, seguindo as orientações pactuadas entre o MEC e a SEEDF, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal e, ou no site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, de acordo com critérios definidos pela SEEDF.

As matrículas serão efetuadas conforme cronograma a ser definido no processo seletivo do curso, atendidos os requisitos de acesso e à Legislação vigente.

3.1 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Seguindo o disposto no Art. 254 do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015), no ato da matrícula são apresentados à unidade escolar, original e cópia dos seguintes documentos:

- I. Em todas as situações:
 - a) Documento de identificação – Certidão de Nascimento se for menor de idade, ou documento oficial com foto;
 - b) 2 (duas) fotografias 3x4;
 - c) Registro Geral e CPF do Estudante e do responsável legal pela matrícula cópia legível;
 - d) Comprovante de Tipagem Sanguínea e Fator RH .
- II. Conforme o caso:
 - a) cartão de vacina atualizado;
 - b) histórico escolar do Ensino Fundamental (original);
 - c) declaração de escolaridade para matrícula na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
 - d) certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio;
 - e) comprovante de quitação com o serviço militar, para os estudantes do sexo masculino e maiores de 18 anos;
 - f) título de eleitor (fotocópia legível, para maiores de 18 anos);
 - g) comprovante de residência e/ou trabalho (fotocópia legível);
 - h) Número de Inscrição Social (NIS), quando for o caso.

4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO

De acordo com o disposto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2016), o Técnico em Guia de Turismo conduz e assiste pessoas ou grupos em traslados, passeios, visitas e viagens. Informa os visitantes sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais e geográficos. Traduz o patrimônio material e imaterial de uma região para visitantes. Estrutura e apresenta roteiros e itinerários turísticos de acordo com interesses, expectativas ou necessidades específicas.

O Técnico em Guia de Turismo pode atuar agências de viagem e operadoras de turismo, organismos turísticos, de forma autônoma.

O Técnico em Guia de Turismo conduz e assiste pessoas ou grupos em traslados, passeios, visitas e viagens. Informa os visitantes sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais e geográficos. Traduz o patrimônio material e imaterial de uma região para visitantes. Estrutura e apresenta roteiros e itinerários turísticos de acordo com interesses, expectativas ou necessidades específicas.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Técnico em Guia de Turismo tem a modalidade da oferta de forma presencial, com a organização estruturada em dois módulos com carga horária total mínima de 800 horas, conforme Resolução CNE/CEB nº 04/1999 e em acordo com o que preconiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2016).

Dessa forma, em atendimento ao princípio da flexibilidade na estruturação dos componentes curriculares, o curso está organizado no formato de dois Módulos, com carga horária de 400 horas por módulo, contextualizados a partir do conjunto de competências e habilidades que permitam duas saídas com qualificação intermediária e a saída final com a habilitação pretendida.

Foram utilizados os seguintes critérios na organização dos módulos:

- ✓ Identificação de perfis de conclusão de cada módulo e da habilitação;
- ✓ Identificação das competências correspondentes, tendo como parâmetro os Referenciais Curriculares da área profissional;
- ✓ Organização dos processos de ensino e aprendizagem;
- ✓ Uma estimativa de carga horária.

Para tanto, o desenho de itinerário apresentado permite percursos formativos, organizados interdependente, estabelecendo pré-requisitos sempre que necessário, e que possibilitem uma progressão paralela à formação desejada. Assim, o elenco de componentes

curriculares contempla a diversidade dos aspectos relacionados à prática profissional, considerando as especificidades locais, as formas de inserção e organização do trabalho. O primeiro módulo terá por objetivo a construção de um conjunto de competências que estará servindo para dar suporte ao desenvolvimento de competências mais complexas, previstas para o segundo módulo. O primeiro módulo ampliará e aprofundará as competências necessárias para atender à Qualificação Profissional de Técnico em Guia de Turismo.

Logo, a organização curricular atende a duas etapas, assim distribuídos:

Etapa I – carga horária 400 horas - formação inicial, com saída intermediária com qualificação em Condutor Cultural Local, objetivando a contextualização, aproximação e dimensionamento do problema, bem como o perfil e o papel do profissional no âmbito da sua área de atuação.

Etapa II – carga horária 400 horas – formação Técnica em Guia de Turismo – objetivando a complementação das competências, habilidades e atitudes no âmbito da realidade do exercício profissional pretendido.

O curso Técnico em Guia de Turismo inclui Práticas Pedagógicas Supervisionadas distribuídas nos Módulos I e II realizadas de forma concomitante ao desenvolvimento dos componentes curriculares e será supervisionada por professores habilitados. Sua carga horária está agregada às 800 horas estabelecidas para o curso.

Assim a Matriz Curricular está estruturada de maneira que os componentes curriculares de cada Módulo possibilitam a devida qualificação e habilitação, definindo carga horária de cada componente, bem como definindo àqueles que devem ser considerados como pré-requisitos para outros componentes. A Matriz se desdobra em Ementário, que apresenta o conjunto de objetivos, compreendendo as competências e habilidades que se espera que o estudante alcance ao longo e ao final de cada componente, com o devido conjunto de conteúdos que explicitam a base tecnológica referente ao componente específico.



5.1.MATRIZ CURRICULAR:

Curso: Técnico em Turismo					
Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer.					
Forma de oferta: CONCOMITANTE					
	COMPONENTES CURRICULARES		Pré Requisitos	Carga Horária*	
				TE**	TP***
MODULO I	01	Empreendedorismo	--	60	--
	02	Ética e Relações Humanas	--	40	--
	03	Informática Aplicada	--	22	22
	04	Gestão e Agenciamento em Empresas Turísticas	01; 03	68	--
	05	Legislação Aplicada ao Turismo	--	48	--
	06	Primeiros Socorros	--	24	16
	07	Comunicação e Expressão	--	40	--
	08	Especificidades Regionais	--	40	20
	Subtotal do Módulo I				400
Saída Intermediária	Qualificação em: Condutor Cultural Local				
MODULO II	09	O Turismo e as Novas Tecnologias	--	32	08
	10	Fundamentos do Turismo e Hospitalidade	--	52	12
	11	Educação Patrimonial e Cultural	--	52	08
	12	Noções em Eventos	--	52	08
	13	Ecoturismo	--	52	08
	14	Desenvolvimento de Atividades Lúdicas	--	28	12
	15	Inglês Instrumental	07	40	--
	16	Projeto Integrador	04;05;08;09;10;11	08	28
Subtotal do Módulo II				400	
TOTAL				800	
Saída	Técnico em Guia de Turismo				

*Hora Aula = 60 min **T = Teórica ***TP = Teórico-Prática



5.2. EMENTAS:

MÓDULO I

Componente Curricular		GESTÃO DE EMPRESAS E EMPREENDEDORISMO	
Período letivo	Módulo I	Carga Horária	60 HORAS
Objetivos			
Avaliar a gestão de empresas e o seu enquadramento contextual; Aplicar a análise SWOT e formular estratégias empresariais; Conhecer e aplicar os instrumentos práticos do Marketing; Analisar a situação econômico-financeira da empresa; Conhecer os determinantes da criação de empresas de sucesso; Avaliar a viabilidade econômico-financeira de um projeto de investimento.			
Bases Tecnológicas			
Gestão de Empresas - As funções de gestão: Gestão estratégica; Gestão comercial ou Marketing; Gestão de recursos humanos e Gestão Financeira; Empreendedorismo e Criação de Empresas: Conceito e importância do empreendedorismo; Empreendedorismo no Brasil e empreendedorismo jovem; Processo empreendedor; Modelo e plano de negócios; Criação da empresa - forma jurídica, constituição, apoios e obrigações fiscais; Análise da viabilidade econômica e financeira de projetos de investimento.			
Referências Bibliográficas			
SOUSA, A. (1999). Introdução à Gestão: Uma Abordagem Sistêmica . Ed. Verbo. Lisboa - S. Paulo.			
STONER, J. e FREEMAN, R. (1992). Administração . Prentice-Hall do Brasil. 5ª Ed.			
TEIXEIRA, S. (2013). Gestão das Organizações . Escolar Editora. 3ª Ed.			

Componente Curricular		SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO	
Período letivo	Módulo I	Carga Horária	60 HORAS
Objetivos			
Caracterizar e identificar fontes de risco, especialmente os envolvidos nos procedimentos de conservação e restauro; Compreender e saber aplicar os princípios gerais da prevenção de riscos profissionais, incluindo as práticas de prevenção relacionadas aos procedimentos de conservação e restauro; Atuar nos programas de segurança de prevenção em segurança do trabalho e higiene ocupacional; Utilizar os dispositivos e equipamentos de segurança de acordo com as normas vigentes; Interpretar o conceito de limite de tolerância para a exposição de agentes químicos e físicos; Identificar os diversos tipos de incêndio e seus respectivos agentes extintores utilizados no seu combate; Interpretar as normas regulamentadoras (NR) e outras aplicáveis a segurança; Identificar os tipos de equipamentos de proteção individual e seus usos.			
Bases Tecnológicas			
Prevenção de Acidentes; Higiene do Trabalho - Riscos Ambientais; Máquinas, Equipamentos e Materiais; Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Individual (EPI); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA); Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO); Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); Conceituação e Classificação das Atividades e Operações Insalubres / Perigosas; Sinalização de Segurança; Trabalho em Espaços Confinados; Legislação Aplicada à Segurança e Medicina do Trabalho.			

Referências Bibliográficas
BADIA, J. C. N. e RIBEIRO, D. da S. Higiene e segurança do trabalho . PROMIMP. Pelotas: CEFET-RS, 2006, 82p.
BADIA, J. C. N. e RIBEIRO, D. da S. Prevenção e combate a incêndios . PROMIMP. Pelotas: CEFET-RS, 2006, 20p.
BARBOSA-FILHO, A. N. Segurança do trabalho e gestão ambiental . Ed. Atlas, 2001.
BEIUSCI, S. M. Doenças profissionais ou do trabalho – Série Apontamentos. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1996.

Componente Curricular	PATRIMÔNIO		
Período letivo	Módulo I	Carga Horária	60 HORAS
Objetivos			
Enunciar os conceitos de Patrimônio, reconhecendo as diferentes teorias e posições devidamente enquadradas no espaço e no tempo; Sistematizar a documentação produzida ao longo do tempo e saber quando e de que forma recorrer a ela; Caracterizar a ação de degradação de determinados agentes e fatores; Enumerar as principais medidas de carácter preventivo que contribuem para a preservação dos bens culturais; Identificar as condições ideais de reserva dos principais bens culturais móveis; Enunciar as técnicas de embalagem, transporte e manipulação das peças; Indicar as melhores formas de prevenir os riscos; Traçar a evolução dos conceitos de “conservar” e “restaurar”; Descrever, de forma genérica, a evolução da profissão; Enunciar os atuais critérios de intervenção no patrimônio; Reconhecer a importância da ética profissional e dos códigos de conduta a ela associados; Identificar entidades relevantes relacionadas à área profissional da conservação e restauro, a nível nacional e internacional.			
Bases Tecnológicas			
Conceito "afetivo" de patrimônio; Conceito técnico-jurídico de patrimônio; Evolução do conceito de patrimônio; Convenções Internacionais; Legislação nacional; Bens culturais; Conservação preventiva; Reservas; História da conservação e restauro – evolução de conceitos e da profissão; Documentos, instituições e organismos nacionais e estrangeiros ligados à conservação e restauro; Panorama nacional; Ética em conservação e restauro; Códigos de conduta profissional.			
Referências Bibliográficas			
BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural . Brasília: Ministério da Cultura; Programa Monumenta, 2005. 76p. (Cadernos Técnicos; 1).			
CHOAY, FRANÇOISE; MACHADO, LUCIANO VIEIRA (Tradutor). A alegoria do patrimônio . 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 282 p.			
COSTA, EVERALDO BATISTA DA; SCARLATO, FRANCISCO CAPUANO (Coord.). A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial . São Paulo: FAPESP, 2011. 323 p.			
CURY, Isabelle. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Org.). Cartas patrimoniais . 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. do Patrimônio, 2004. 407 p.			
KÜHL, BEATRIZ MUGAYAR. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos do restauro . São Paulo: Ateliê Editorial: FAPESP, 2009. 325 p.			
TELLES, AUGUSTO CARLOS DA SILVA. Atlas dos monumentos históricos e			

artísticos do Brasil. [3. ed.]. Brasília: Iphan, Programa Monumenta, 2008. 350 p

Componente Curricular		METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO	
Período letivo	Módulo I	Carga Horária	60 HORAS
Objetivos			
Identificar e caracterizar sujidades; Avaliar os efeitos da sujidade em diferentes materiais de suporte; Identificar o método de limpeza a ser utilizado em função dos contextos; Prever os resultados da sua ação de limpeza; Traçar um plano de rotinas; Distinguir materiais estáveis e materiais em processo de alteração; Reconhecer os responsáveis pelo processo de alteração; Diferenciar intervenções de consolidação, colagem e de fixação; Caracterizar a natureza e o comportamento de alguns produtos utilizados; Definir o tipo de intervenção em função dos contextos; Selecionar a natureza dos produtos a aplicar e a técnica a utilizar; Definir os limites da intervenção; Respeitar os fatores ambientais e a monitorização e controle; Aplicar os princípios da conservação preventiva; Descrever e controlar reações dos produtos a utilizar; Selecionar os critérios orientadores da intervenção; Utilizar os procedimentos na restituição com sucesso dos materiais; Definir proteção e segurança; Identificar as causas dos problemas e as medidas para os prevenir e/ou minimizar; Descrever as ofertas do mercado nas diferentes categorias de materiais e equipamentos; Selecionar as ofertas em função de determinados contextos; Identificar os agentes de proteção e segurança competentes para atuar em dadas circunstâncias.			
Bases Tecnológicas			
Conceito de sujidade; Tipos de sujidade; Métodos de limpeza; Planificação; Ambientes; Agentes naturais de deterioração e de preservação; Microambientes de acomodação, transporte e armazenamento; Agentes de deterioração e de preservação; O conceito de estabilização; Estabilidade física e estabilidade físico-química; Vias de atuação; Técnicas de estabilização; Montagem; Colagem; Preenchimento de lacunas; Produtos – características, vantagens e inconvenientes; Proteção e segurança de pessoas e bens; Os incidentes / acidentes – causas e efeitos; Atitudes de prevenção e combate a incidentes / acidentes; Entidades competentes para atuar – públicas e privadas.			
Referências Bibliográficas			
AA.VV. (1990). Materiais Empregados em Conservação e Restauração de Bens Culturais : banco de dados. Rio de Janeiro: Ed. Burgi, S.			
KANAN, M. I. Manual de conservação e intervenção em argamassas e revestimentos à base de cal . Brasília: Ministério da Cultura, 2008. 171 p. (Cadernos técnicos; 8) ISBN 978857334077-8			
MENDES, M e BAPTISTA, A. C. N., ABRACOR – Universidade Federal do Rio de Janeiro.			

Componente Curricular		MATERIAIS INORGÂNICOS I	
Período letivo	Módulo I	Carga Horária	60 HORAS
Objetivos			
Reconhecer e identificar os efeitos que o meio ambiente pode ter sobre os diferentes tipos de argamassa, especialmente um ambiente rico em sais solúveis; Relacionar o estado de preservação /degradação com a natureza e função específicas de cada tipo de argamassa; Reconhecer a importância de se respeitar os teores de umidade, pelos mesmos e por distintos motivos; Intervir correta e eficazmente em termos de limpeza e			

de estabilização física ativa e de recuperação e proteção de estruturas no terreno, tendo em consideração os estados de conservação; Reconhecer que na limpeza se deve não só evitar forçar a sujidade a penetrar mais nos poros das rochas ou das argamassas como também evitar introduzir ainda mais sais solúveis nos mesmos; Explicar a razão de se privilegiar processos de limpeza por via seca, mecânica, uma vez que os produtos químicos têm tendência a atacar os componentes da maioria das rochas e a produzir sais solúveis; Propor soluções de acomodação e de ambiente de reserva mais propícias e aconselháveis à preservação de objetos desta natureza; Reconhecer e identificar os efeitos que o meio ambiente pode ter nos objetos cerâmicos e vítreos; Selecionar corretamente e utilizar os produtos e os processos de intervenção adequados ao estado de conservação e às condições de ambiente em que os objetos se encontram; Distinguir tipos de tratamento que as superfícies cerâmicas apresentem (aguadas, polimentos, pinturas, engobes, vidrados) e intervir, em conformidade, em termos de limpeza, estabilização e restauro; Reconhecer patologias presentes nos vidrados ou vidros comuns e intervir com vista à sua limpeza, estabilização e restauro; Propor as soluções de acomodação e de ambiente de reserva mais propícias e aconselháveis à preservação destes materiais; Reconhecer e identificar os efeitos que o meio ambiente pode ter nos objetos metálicos; Selecionar corretamente e utilizar os produtos e os processos de intervenção *in situ* adequados ao estado de conservação e as condições de ambiente em que os metais se encontram; Propor as soluções de acondicionamento e de ambiente de reserva mais propícias e aconselháveis à preservação destes materiais.

Bases Tecnológicas

Preservação/deterioração – agentes e processos de atuação; Procedimentos preparatórios da conservação; Plano de intervenção; Aspectos da conservação curativa; Aspectos do restauro; Produtos, equipamentos, técnicas e processos.

Referências Bibliográficas

- BERTOLINI, L. **Materiais de construção: patologia, reabilitação, prevenção**. 1. reimpor. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 414 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Caderno de Encargos**. Brasília: Ministério da Cultura; Programa Monumenta, 2005. 420p. (Cadernos Técnicos; 2).
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Manual de Conservação Preventiva**. Brasília: Ministério da Cultura; Programa Monumenta, 2005. 234p. (Cadernos Técnicos).
- FALCÃO BAUER, L. A. **Materiais De Construção**. 5. ed. LTC, 1994. Volumes 1 e 2.
- PETRUCCI, E. GERALDO R. **Materiais de construção**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Globo, 1980. 435 p.

Componente Curricular		MATERIAIS ORGÂNICOS I	
Período letivo	Módulo I	Carga Horária	60 HORAS
Objetivos			
Identificar as sensibilidades e vulnerabilidades das peças em madeira, com ou sem policromia, de acordo com a sua natureza e comportamentos; Definir e levar a efeito rotinas de inspeção, de acordo com o contexto, bem como proceder ao registro dos seus resultados; Executar procedimentos de carácter preventivo ou curativo que garantam a limpeza, estabilidade e proteção dos objetos; Antecipar os efeitos da sua intervenção, definindo clara e rigorosamente os seus limites; Identificar as			

sensibilidades e vulnerabilidades dos objetos têxteis, de acordo com a sua natureza e comportamentos;
Bases Tecnológicas Preservação / deterioração – agentes e processos de atuação; Procedimentos preparatórios da conservação; Plano de intervenção; Aspectos da conservação curativa; Aspectos do restauro; Produtos, equipamentos, técnicas e processos.
Referências Bibliográficas GONZAGA, A. L. B. Madeira: Uso e Conservação a: IPHAN / Programa Monumenta, 2006. LA PASTINA FILHO, J. Manual de conservação de telhados , Grupo Tarefa/ Monumenta BID. LENGEN, J. V. Manual do arquiteto descalço . São Paulo: Empório do Livro, 2008. 707 p. NOLASCO, N. R. Caderno de Ofícios: Alvenaria – vol. 3. Ouro Preto: FAOP, 2008. OLIVEIRA, M. M. DE. Tecnologia da conservação e da restauração: materiais e estruturas: um roteiro de estudos . 4. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. 243 p. PAULA, G. D. DE; ROZENWAJM, U. K. Carpintaria . Ouro Preto: FAOP, 2008. 71 p. (Cadernos Ofícios: 4). UNESCO (acedido em 30Jun08). Charter on the Preservation of the Digital Heritage disponível em: http://portal.unesco.org/ci/en/file_download.php/09f4ffc8daddeeb0ecdd3ac1a0662398Charter_en.pdf UNESCO (acedido em 30Jun08). Guidelines for the Preservation of Digital Heritage disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001300/130071e.pdf WILLIAMS, M. A. (1988). Keeping it All Together: The Preservation and Care of Historic Furniture . Worthington, OH: Ohio Antique Review.

Componente Curricular	Registro, Diagnóstico e Documentação das Intervenções		
Período letivo	Módulo I	Carga Horária	40 HORAS
Objetivos Reconhecer a importância do registro e da documentação na atividade do Assistente de Conservação e Restauro; Compreender os tipos de registro e a sua adequação às variadas situações; Enunciar os métodos e técnicas de organização e arquivo dos registros; Caracterizar os principais fatores de degradação e mecanismos de alteração; Descrever as patologias mais comuns; Elaborar corretamente fichas de diagnóstico; Elaborar propostas de tratamento; Elaborar relatórios de intervenção.			
Bases Tecnológicas Registro, Diagnóstico de patologias; Tipos de registro; Documentação técnica.			
Referências Bibliográficas Básica AA.VV. (1990). Materiais Empregados em Conservação e Restauração de Bens Culturais: banco de dados . Rio de Janeiro: Ed. Burgi, S.; MENDES, M & BAPTISTA, A. C. N., ABRACOR – Universidade Federal do Rio de Janeiro. ROCHA-TRINDADE, M. B. (coord.) (1993). Iniciação à Museologia . Lisboa: Universidade Aberta.			

F2 572

PROC 084 000193/2017

RUB MAT: 216.238-5

MÓDULO II

Componente Curricular	Práticas de Conservação		
Período letivo	Módulo II	Carga Horária	60 Horas
OBJETIVOS			
Limpar e estabilizar bens móveis e imóveis, em situações de prática real ou simulada; Restaurar ao nível do preenchimento de lacunas em variados suportes e da reintegração cromática em bens móveis ou imóveis, em situações de prática real ou simulada; Aplicar as técnicas de proteção e segurança do patrimônio cultural em sentido lato, em situações de prática real ou simulada.			
Bases Tecnológicas			
Práticas de limpeza segundo várias técnicas e métodos; Práticas de estabilização; Prática das técnicas de preenchimento de lacunas; Prática das técnicas de reintegração cromática; Prática das técnicas de proteção e segurança; Manuseamento das peças.			
Referências Bibliográficas			
BRANDI, C. Teoria da restauração . Cotia: Ateliê, 2008. 261 p. (Artes & Ofícios; 5) ISBN 8574802255			
MARTINS, G. DE A.; LINTZ, A. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 118 p. ISBN 9788522448494 (broch.)			
MONTENEGRO, G. A. Desenho arquitetônico: para cursos técnicos de 2º grau e faculdades de arquitetura . 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1978. 142 p.			
OLIVEIRA, M. M. DE. A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia . Brasília: IPHAN, 2008. 143 p. (Cadernos técnicos; 7) ISBN 9788573340693.			

Componente Curricular	Materiais Inorgânicos II		
Período letivo	Módulo II	Carga Horária	60 Horas
OBJETIVOS			
Identificar as sensibilidades e vulnerabilidades dos materiais arqueológicos e etnográficos, de acordo com a sua natureza e comportamentos; Definir e levar a efeito rotinas de inspeção, de acordo com o contexto, bem como proceder ao registro dos seus resultados; Executar procedimentos de carácter preventivo ou curativo que garantam a limpeza, estabilidade e proteção dos objetos; Antecipar os efeitos da sua intervenção, definindo clara e rigorosamente os seus limites; Reconhecer e identificar os efeitos que o meio ambiente pode ter nos mosaicos e na pintura mural, ao nível do suporte e das camadas de revestimento ou policromias; Selecionar as medidas aconselháveis à preservação destes materiais quando se tem por objetivo a sua permanência e exposição in situ; Propor as soluções de acondicionamento e de ambiente de reserva mais propícias e aconselháveis à preservação destes materiais.			
Bases Tecnológicas			
Preservação / deterioração – agentes e processos de atuação; Procedimentos preparatórios da conservação; Plano de intervenção; Aspectos da conservação; Aspectos do restauro; Produtos, equipamentos, técnicas e processos.			
Referências Bibliográficas			
BRANDI, C. Teoria da restauração . Cotia: Ateliê, 2008. 261 p. (Artes & Ofícios; 5) ISBN 8574802255.			
CALDAS, W. Pinturas murais: restauração e conservação . Rio de Janeiro: In-Fólio, 2008. 96 p. (Artes & Ofícios) ISBN 978-85-86062-27-8			

PROC 084 000193/2017

RUB MAT: 216.238-5

CARVALHO, C. T. DE (ORG.). **Fundição artística**. Ouro Preto: FAOP, 2010. 101 p. (Cadernos Oficinas; 8) ISBN 978-85-98721-10-1.
 MANO, E. B. e MENDES, L. C. **Polímeros Como Materiais de Engenharia**. 1^o Edição. São Paulo: Editora Blucher, 1991.
 MASCARENHAS, A.; DIAS, P. DE M. G. **Obras de conservação**. Ouro Preto: FAOP, 2008. 79 p. (Cadernos Oficinas; 7) ISBN 978-85-98721-09-5

Componente Curricular	Materiais Orgânicos II		
Período letivo	Módulo II	Carga Horária	60 Horas
OBJETIVOS			
Identificar as sensibilidades e vulnerabilidades das pinturas, de acordo com a sua natureza e comportamentos; Definir e levar a efeito rotinas de inspeção, de acordo com o contexto, bem como proceder ao registro dos seus resultados; Executar procedimentos de carácter preventivo ou curativo que garantam a limpeza, estabilidade e proteção dos objetos; Antecipar os efeitos da sua intervenção, definindo clara e rigorosamente os seus limites; Identificar as sensibilidades e vulnerabilidades das esculturas e outros objetos representativos das artes decorativas, de acordo com a sua natureza e comportamentos; Definir e levar a efeito rotinas de inspeção, de acordo com o contexto, bem como proceder ao registro dos seus resultados; Executar procedimentos de carácter preventivo ou curativo que garantam a limpeza, estabilidade e proteção dos objetos; Antecipar os efeitos da sua intervenção, definindo clara e rigorosamente os seus limites.			
Bases Tecnológicas			
Preservação / deterioração – agentes e processos de atuação; Procedimentos preparatórios da conservação; Plano de intervenção; Aspectos da conservação curativa; Aspectos do restauro.			
Referências Bibliográficas			
AA.VV. (1990). Materiais Empregados em Conservação e Restauração de Bens Culturais: banco de dados . Rio de Janeiro: Ed. Burgi, S. CAVALCANTI, LAURO. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Org.). Modernistas na repartição . 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 210 p. MENDES, M & BAPTISTA, A. C. N., ABRACOR – Universidade Federal do Rio de Janeiro. SORGINE, JULIANA. Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950 . Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. 342 p.			

Componente Curricular	Práticas de Restauro I		
Período letivo	Módulo II	Carga Horária	60 Horas
OBJETIVOS			
Sistematizar os princípios das metodologias elementares utilizadas na conservação e restauro de azulejos; Caracterizar as principais causas de alterabilidade dos materiais de modo a estabelecer diagnósticos adequados às tipologias azulejares; Aplicar corretamente as técnicas de tratamento; Usar a terminologia técnica própria; Explicitar os princípios éticos que regem as intervenções; Enunciar os princípios das metodologias elementares utilizadas na conservação e restauro de materiais lapídeos; Identificar das principais causas de alterabilidade dos diferentes tipos de rocha; Estabelecer diagnósticos adequados aos diferentes suportes e condições de exposição ambiental; Caracterizar as técnicas de produção de elementos em argamassas de estuque a aplicar			

no âmbito de intervenções de conservação e restauro; Utilizar técnicas de produção conducentes à colmatação de lacunas no material original, respeitando as técnicas originais e garantindo a melhor intervenção do ponto de vista da compatibilidade de materiais.

Bases Tecnológicas

Natureza dos materiais de suporte; Especificidade e função dos materiais; Aspectos de degradação; Meios e técnicas auxiliares de diagnóstico; Tipos de Intervenção; Organização e metodologia de trabalho; Princípios básicos de conservação e restauro de materiais lapídeos; Diagnóstico de patologias; Propostas de tratamento; Organização e metodologia de trabalho; Métodos de reprodução e estuque.

Referências Bibliográficas

- BLACHEYRE, A. (Trad.). **Construção civil: teoria & pratica: matemática - desenho, métodos, materiais e especificações**. São Paulo: Hemus, c2005. v. 2, 354 p. ISBN 8528905500
- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê, 2008. 261 p. (Artes & Ofícios; 5) ISBN 8574802255
- MARTINS, G. DE A. e LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 118 p. ISBN 9788522448494 (broch.)
- MONTENEGRO, G. A. **Desenho arquitetônico: para cursos técnicos de 2º grau e faculdades de arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1978. 142 p
- OLIVEIRA, M. M. DE. **A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia**. Brasília: IPHAN, 2008. 143 p. (Cadernos técnicos; 7) ISBN 9788573340693.

Componente Curricular	Práticas de Restauro II		
Período letivo	Módulo II	Carga Horária	60 Horas
OBJETIVOS			
<p>Caracterizar as técnicas de produção de pinturas murais a aplicar em intervenções de conservação e restauro; Utilizar as técnicas de execução de diferentes tipologias de pintura mural; Utilizar técnicas de produção conducentes à colmatação de lacunas no material original, respeitando as técnicas originais e garantindo a melhor intervenção do ponto de vista da compatibilidade de materiais; Caracterizar a estrutura física dos objetos metálicos; Caracterizar as técnicas aplicadas na sua laboração; Relacionar as técnicas de laboração com a correta identificação de patologias, indispensável à realização de um diagnóstico completo; Aplicar diferentes técnicas de decoração em objetos executados em metal de forma a familiarizar-se com um número mais alargado de tipologias; Caracterizar a estrutura física dos objetos executados em madeira; Caracterizar as técnicas aplicadas na sua laboração; Relacionar as técnicas de laboração com a correta identificação de patologias, indispensável à realização de um diagnóstico completo; Aplicar diferentes técnicas de decoração em objetos executados em madeira de forma a familiarizar-se com um número mais alargado de tipologias.</p>			
Bases Tecnológicas			
<p>Métodos de produção de pinturas murais; Estrutura e tipo de ligações cristalinas dos metais; Métodos de diagnóstico e intervenção na produção de objetos antigos; Técnicas de produção de objetos em madeira; Produção de objetos pela técnica do entalhe; Produção de objetos pela técnica de embutidos; Produção de objetos dourados em madeira.</p>			

Referências Bibliográficas

BOITO, C.; KÜHL, P. M. e KÜHL, B. M. (TRADUTOR). **Os restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884**. 3. ed. Cotia: Ateliê, 2008. 63 p. (Artes & Ofícios; 3) ISBN 85-7480-112-7

CHOAY, FRANÇOISE; MACHADO, LUCIANO VIEIRA (TRADUTOR). **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 282 p. ISBN 8574480304

IPHAN, 2008. 96 p. **SALVAGUARDA do patrimônio: Ouro Preto - MG**. (Preservação e Desenvolvimento; 12) Brasília: ISBN 978857330877

OBERG, L. **Desenho arquitetônico**. 22. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981. 156 p

Componente Curricular	Técnicas de Intervenção	
Período letivo	Módulo II	Carga Horária 60 Horas
OBJETIVOS		
<p>Descrever as etapas de desmolduramento e desengradamento; Definir limpeza, planificação, tensionamento, proteção e estabilização de suportes; Aplicar tratamentos ao nível do suporte e no caso particular das reentelagens; Explicar a polêmica questão das transposições de pintura e a evolução das técnicas; Indicar as características de produtos, materiais e equipamentos; Caracterizar e aplicar os procedimentos, materiais e equipamentos envolvidos em intervenções de conservação e restauro sobre as camadas preparatória, pictórica e de proteção de uma policromia ou pintura; Caracterizar e aplicar procedimentos, materiais e equipamentos em intervenções de conservação e restauro de grades e molduras.</p>		
Bases Tecnológicas		
<p>Desmolduramento e desengradamento; Limpeza do reverso; Eliminação de restauros anteriores; Desacidificação; Desinfestação; Tratamento de rasgões e lacunas ao nível do suporte; Eliminação de deformações ou melhoramento de superfície; Aplicação de bandas de tensão; Reentelagem; História; Razões que levam à reentelagem; Aspectos negativos; Testes prévios à escolha da tela ou outro tipo de suportes alternativos; Métodos tradicionais de reentelagem; Novas reentelagens; Mesas de reentelagem; Transposição ou transferência da pintura; Proteção do reverso; Demonstrações e exercícios práticos; Produtos, materiais e equipamentos; Preparação e características; Facing ou empapelado de proteção; Fixação; Consolidação; Limpeza da camada pictórica e de proteção; Mecânica ou química; Solventes orgânicos; Métodos aquosos; Sistemas gelificados de Richard Wolbers; Enzimas; Sabões, detergentes; Tensioativos; Agentes quelantes; Limpeza por reação química; Toxicidade e inflamabilidade – medidas de segurança específicas; Irreversibilidade da limpeza; Cleaning controversy e as “escolas” de limpeza; Níveis de limpeza; Preenchimentos e aplicação de massas ou estuques; Nivelamentos ao nível da camada preparatória; Tipos de reintegração pictórica ou cromática; Diferenciada; Ilusionista; Mimética; Tipo de reintegração – variáveis e critérios de seleção; Limites; Repinte; Repintura; Retoque; Camada de proteção final; Tipo de vernizes – características; Técnica de envernizamento; Produtos, materiais e equipamentos; Demonstrações e exercícios práticos; Estado de conservação de grades e molduras; Grade para pintura sobre suportes têxteis ou flexíveis – características; Grade de sustentação inadequada – patologias; Tratamento sobre o suporte e policromia; Desinfestação; Moldes para reconstituições volumétricas de elementos perdidos; Técnicas de douramento; Técnicas de engradamento de telas; Produtos, materiais e equipamentos; Demonstrações e exercícios práticos.</p>		
Referências Bibliográficas		



AA.VV. (1990). **Materiais Empregados em Conservação e Restauração de Bens Culturais: banco de dados**. Rio de Janeiro: Ed. Burgi, S.;

CALVO, A. (2002). **ABRACOR** – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MENDES, M e BAPTISTA, A. C. N., **ABRACOR** – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Componente Curricular	Patologias, proposta de tratamento e Documentação Técnica		
Período letivo	Módulo II	Carga Horária	40 Horas
OBJETIVOS			
Identificar os constituintes e estratos de uma pintura ou revestimentos policromados; Reconhecer os aglutinantes mais comuns e a sua relação com a definição da técnica pictórica; Identificar as patologias e o estado de conservação de uma pintura bem como as suas causas de alteração; Selecionar a metodologia de intervenção e as propostas de tratamento associadas; Distinguir os formatos de relatórios técnicos e de documentação gráfica nas fases de diagnóstico e de tratamento; Identificar medidas de conservação preventiva em pintura.			
Bases Tecnológicas			
Constituintes de uma pintura ou revestimento policromado; Estratigrafia típica; Repinturas ou re-policromias; Materiais e técnicas pictóricas; Pigmentos, corantes e aglutinantes; Importância dos aglutinantes na definição das técnicas; Pintura de cavalete e diversidade de suportes e técnicas; Pintura a fresco; Observação e análise de uma pintura; Fatores de degradação primários; Fatores de degradação secundários; Fatores de degradação acidentais; Alteração dos suportes têxteis, lenhosos, metálicos ou parietais; Causas e consequências – patologias; Alteração das camadas superficiais (preparatória, pictórica e de proteção); Causas e consequências – patologias; Metodologia de intervenção; Propostas de tratamento; Unicidade de cada obra de arte; Tipos de relatório e de documentação técnica; Fotografia; Meio de exame; Registro documental; Medidas de conservação preventiva em pintura.			
Referências Bibliográficas			
BERTOLINI, L. Materiais de construção: patologia, reabilitação, prevenção . 1. reimpr. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 414 p.			
GNECCO, C.; MARIANO, R. e FERNANDES, F. Tratamento de superfície e pintura . Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Siderurgia, 2003. 94 p. (Manual de construção em aço).			
OLIVEIRA, M. M. DE. A documentação como ferramenta de preservação da memória . Brasília: IPHAN; Programa Monumenta, 2008. 144p. (Cadernos Técnicos; 7)			
SOUZA, V. C. M. DE e RIPPER, T. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto . São Paulo: Pini, 1998. 255 p.			

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

De acordo com o indicado na LDB – Lei nº 9394/96, a avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Da mesma forma, no Regimento Escolar da SEEDF, a formação profissional compreende processos de avaliação contínua da aprendizagem, com o objetivo de diagnosticar os saberes do estudante pelo domínio das competências e habilidades



requeridas no Planejamento Curricular e são definidos em seus Artigos 202 a 206 as normas para operacionalização da Educação Profissional. Os princípios descritos no documento orientam para o processo contínuo, possibilitando desde o diagnóstico de conhecimentos prévios até a recuperação preventiva e final.

As Diretrizes de Avaliação da SEEDF preconizam que a avaliação formativa deve ser priorizada, considerando que o ato avaliativo deve ser “para as aprendizagens” e não apenas “das aprendizagens”. Desse modo, os procedimentos e os instrumentos constituem apenas uma parte do ato educativo, propiciando informações que devem ser analisadas para permitir intervenções constantes, de modo que avaliação e aprendizagem ocorram simultaneamente.

Nesse sentido, tendo em vista a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, as Diretrizes de Avaliação propõem como instrumentos de avaliação estudos de caso, pesquisas, visitas de campo, demonstrações, exposições, simulações, entre outras, além daquelas compreendidas como práticas laborais, que são estágios, visitas/ excursões técnicas, experimentos, atividades específicas em ambientes especiais, projetos de exercício profissional efetivo, intervenções sociais.

A utilização de tais instrumentos em cada componente curricular possibilitará que a avaliação assuma plenamente suas funções diagnóstica, contínua, processual e formativa, propiciando o desenvolvimento de competências nas diversas situações de aprendizagem.

Na verificação do aproveitamento escolar, além dos dispositivos legais, deve-se observar a utilização de, no mínimo, 2 (dois) instrumentos avaliativos por componente curricular, possibilitando uma avaliação do estudante de forma contínua e processual, bem como o domínio, pelo estudante, de determinadas habilidades e conhecimentos que se constituem em condições indispensáveis para as aprendizagens subsequentes.

Será considerado aprovado em cada módulo o estudante que obtiver a frequência igual ou superior a 75% do total de horas estabelecidas em cada componente curricular; e o resultado do processo de avaliação das competências desenvolvidas converge para o conceito – APTO ou NÃO APTO, conforme descrito na Tabela a seguir (DISTRITO FEDERAL, 2015):

Menção	Conceito	Definição Operacional
A	Apto	O estudante desenvolveu as competências requeridas, com o desempenho desejado conforme Plano de Curso.
NA	Não Apto	O estudante não desenvolveu as competências requeridas.

Fonte: Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do DF (2015).

AVALIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO

Segundo a Portaria nº 15, de 11 de fevereiro de 2015, “os estudos de recuperação constituem parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem e tem como princípio básico o respeito à diversidade de características, de necessidades e de ritmos de aprendizagem de cada estudante.”

Dessa forma, para os estudantes que não obtiveram rendimento satisfatório, será ofertada recuperação contínua e paralela às atividades de aprendizagem, executada pelo professor do componente curricular em que se detecta(m) o(s) déficit(s). O docente acompanhará individualmente o estudante, estabelecendo para isso, horários diferenciados e atividades extras, com vistas à realização de novos estudos apenas dos conteúdos e objetivos educacionais não consolidados, intencionando-se assim, alcançar aprendizagens reais e não somente a consecução de notas mínimas.

O processo de recuperação deve ser contínuo e paralelo, permitindo identificar e corrigir possíveis deficiências ao longo do módulo, se constituindo em reforço da aprendizagem. O docente deverá estabelecer estratégias de recuperação, adotando critérios para os estudantes com menores rendimentos nas atividades, que deverão ser traduzidas em novas avaliações. As novas avaliações substituirão as anteriores, caso apresentem nota superior. Porém, se ainda assim o estudante que não alcançar os valores mínimos para ser considerado APTO, terá direito a avaliação final de recuperação, desde que justifique a ausência na entrega de atividades ou na realização de provas, e que será acrescida às notas obtidas ao longo do componente curricular, compondo a média aritmética final.

A recuperação de estudos é realizada sob responsabilidade direta do professor, com apoio da família, por meio de intervenções pedagógicas aos estudantes sempre que surgirem dificuldades no processo.

A recuperação de estudos, processual, formativa, participativa e contínua deve ser ofertada e inserida no processo de ensino e de aprendizagem, no decorrer do componente curricular, assim que identificado o baixo rendimento do estudante.

A recuperação contínua pressupõe a utilização de diferentes instrumentos e procedimentos de avaliação com o objetivo de promover a aprendizagem e evidenciar os avanços dos estudantes.

7. PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO ENSINO, DA APRENDIZAGEM E DO CURSO

Sabe-se que a avaliação institucional é um instrumento importante para aprimorar a

qualidade de ensino, da gestão acadêmica e para fortalecer o comprometimento social das instituições envolvidas. Por isso, a equipe escolar como um todo utiliza inúmeros instrumentos que possibilitam detectar e avaliar as situações de aprendizagem e a necessidade de replanejamento do processo de ensino e de aprendizagem. Os instrumentos avaliam o progresso do aluno na busca crescente de maior capacidade profissional, de raciocínio lógico, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria, espírito empreendedor, capacidade de visualização e resolução de problemas.

O acompanhamento do curso pela equipe gestora da Unidade Escolar Certificadora e a coordenação do curso e equipe constituída pelo Programa MédioTEC deve ser em processo contínuo e permanente, possibilitando o controle de todos os componentes que envolvem o processo ensino-aprendizagem e a correta avaliação na busca dos objetivos propostos pelo conjunto de componentes curriculares estruturados.

A equipe deverá estar aberta as possíveis adequações que se façam necessários ao longo do processo e também estar atenta e disponível para que toda a comunidade escolar possa participar de maneira ativa e construtiva em todos os momentos de acompanhamento, controle e avaliação do curso, inclusive estabelecendo instrumentos próprios e adequados para tal avaliação.

Essa etapa deve ser organizada com vistas à promoção do diagnóstico de possíveis problemas envolvendo qualquer um dos atores do processo de ensino aprendizagem, possibilitando a constante reavaliação e redirecionamento de ações visando a promoção da qualidade da formação, envolvimento da comunidade escolar e diminuição das evasões. Deve também ser capaz de verificar práticas exitosas no sentido de agrega-las ao desenvolvimento do curso.

É interessante ressaltar que o Curso Técnico em Conservação e Restauo visa à formação profissional, desenvolvendo a autonomia intelectual dos estudantes para que eles possam despenhar suas atividades com excelência no mundo do trabalho. Para tanto, é necessário que os professores realizem o acompanhamento acadêmico personalizado dos estudantes de maneira garantir o ensino com qualidade e a permanência no curso.

Os professores deverão, de maneira individual e coletiva, acompanhar os resultados, a participação e a frequência dos estudantes durante todo o período letivo, não somente ao final dele. Sempre que forem identificadas dificuldades de aprendizagem em algum estudante, é necessário que se desenvolvam estratégias diferenciadas de ensino para que o estudante consiga atingir os objetivos de aprendizagem e superar as suas dificuldades. Nesse momento, é fundamental que os professores utilizem metodologias diversificadas para ensino e

avaliação, da forma que for mais adaptada às dificuldades do estudante. Todas as estratégias interventivas utilizadas e os resultados obtidos devem ser registrados no diário de classe. A avaliação ficará a critério do professor, podendo ser utilizados diversos tipos de instrumentos avaliativos conforme a necessidade do componente curricular. A avaliação será contínua e cumulativa, priorizando aspectos qualitativos relacionados com o processo de aprendizagem e o desenvolvimento do estudante observado durante a realização das atividades propostas, individualmente e/ou em grupo durante o componente curricular.

Periodicamente, os professores e a equipe gestora da unidade escolar certificadora e, ou coordenação do curso deverão se reunir para tratar sobre as avaliações, rendimento dos estudantes, a respectiva participação e frequência. Os professores e a equipe gestora da unidade escolar certificadora e, ou coordenação do curso são responsáveis por acompanhar os estudantes, devendo, quando menores de idade, entrar em contato com seus responsáveis ou próprio estudante, caso identifiquem elevado número de faltas ou que os resultados estão insatisfatórios. Nessas situações, o trabalho individualizado com o estudante viabiliza o sucesso na aprendizagem para a formação profissional.

Além do acompanhamento pedagógico-disciplinar por parte da equipe docente, é importante contar com a participação dos pais ou responsáveis pelo estudante no processo de aprendizagem, para que eles contribuam com as estratégias de acompanhamento, controle e avaliação do estudante.

Espera-se que, com o desenvolvimento do curso, o estudante adquira maturidade acadêmica para desempenhar as competências aprendidas com sucesso, por isso é essencial que o estudante seja sujeito ativo no seu processo de aprendizagem, em colaboração com os demais sujeitos, como professores, equipe técnica e responsáveis.

8. INFRAESTRUTURA ADEQUADA AO CURSO:

A infraestrutura mínima necessária para a efetivação dos componentes curriculares com qualidade e estará em conformidade com aquela descrita no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2016), a saber: Biblioteca e videoteca com acervo específico e atualizado; Laboratório de informática com programas específicos; Ateliê de conservação e restauro.

9. CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO DE ESTUDOS E DIPLOMAÇÃO

Ao concluir o total de horas previstas nos dois Módulos do curso, o estudante fará jus à habilitação profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Conservação e Restauro, com o seguinte itinerário formativo:



- I. Ao término do primeiro Módulo, com aproveitamento completo dos componentes curriculares previstos, o estudante fará jus ao Certificado de Qualificação Profissional em Auxiliar de Conservação de Acervos.
- II. Ao término do segundo Módulo, com aproveitamento completo nos Módulos I e II, o estudante fará jus ao Diploma de Técnico em Conservação e Restauro.

É condição fundamental para a obtenção do diploma de técnico, a devida certificação do Ensino Médio.

Por se tratar de uma política pública, numa ação emergencial, as unidades certificadoras serão aquelas vinculadas a Educação Profissional da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

10. RELAÇÃO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS

De acordo com a Portaria Nº. 127 de 30 de março de 2017, os docentes e especialistas bolsistas serão contratados pelo Processo Seletivo Simplificado, a ser definido em Portaria e remunerados com recursos próprios do Programa MédioTEC.

COMPONENTE CURRICULAR	FORMAÇÃO/HABILITAÇÃO
Gestão de Empresas e Empreendedorismo	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Administração, Economia, Gestão ou Administração Pública ou pós-graduados na área de Gestão de Empresas e Empreendedorismo, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Segurança e Higiene no Trabalho	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Segurança do trabalho, Engenharia em Segurança do Trabalho, Medicina do Trabalho, Engenharia Civil ou pós-graduação nas áreas de Segurança do trabalho, Saúde do trabalho e Saúde e Segurança Ocupacional, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Patrimônio	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Metodologia de Intervenção	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Materiais Inorgânicos I	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia,

	Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Materiais Orgânicos I	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Registro, diagnóstico e documentação das intervenções	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Práticas de Conservação	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Materiais Inorgânicos II	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Materiais Orgânicos II	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Práticas de Restauro I	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Práticas de Restauro II	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Técnicas de Intervenção	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com

	habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.
Patologias, propostas de tratamento e documentação técnica	Graduados (tecnólogos, licenciados e bacharéis) em Conservação e Restauro, Arquitetura, Arquivologia, Artes, História, Museologia ou pós-graduados na área de Conservação e Restauro, ou áreas afins com habilitação ou experiência comprovada no componente curricular.

11. RELAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E DE APOIO

O curso contará com a mesma equipe gestora, técnica, administrativa e de apoio da unidade escolar certificadora, conforme Portaria Nº 15 de 12 de maio de 2015 e será complementada com bolsistas remunerados com recursos do Programa MédioTEC, conforme Portaria Nº. 127 de 30 de março de 2017.

12. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS, DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os artigos 268 a 279 do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015), estabelecem os critérios para Aproveitamento, Adaptação e Equivalência de Estudos.

Tal compreensão está de acordo com a Resolução 6/2012 do Conselho Nacional de Educação, que em seu Capítulo I estabelece que cabe aos sistemas de ensino elaborarem diretrizes metodológicas para avaliação e validação dos saberes profissionais desenvolvidos pelos estudantes em seu itinerário profissional e de vida, para fins de prosseguimento de estudos ou de reconhecimento dos saberes avaliados e validados, para fins de certificação profissional, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão do respectivo curso técnico de nível médio.

No Art. 268 do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2015) entende que a unidade escolar pode fazer aproveitamento de estudos realizados com êxito pelo estudante em outra instituição educacional/unidade escolar, enquanto que no Art. 269 indica que na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, as experiências anteriores e os conhecimentos devem ser aproveitados, desde que estejam diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva habilitação, considerando os itinerários formativos ou as trajetórias de formação. Em seu parágrafo 1º, o Art. 269, estabelece os conhecimentos e as experiências passíveis de aproveitamento adquiridos, sejam eles no: Ensino Médio; em qualificações profissionais e etapas ou módulos do Curso Técnico de Nível Médio concluídos em outros cursos; em cursos de Educação

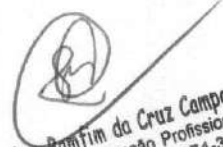
Profissional de Formação Inicial e Continuada - FIC, mediante a avaliação do estudante; no trabalho ou em meios informais; mediante reconhecimento em processos formais de certificação profissional e mediante diploma de nível superior em área afim. Caberá à unidade escolar certificadora disciplinar os critérios de aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, de acordo com o previsto no Regimento Escolar da referida unidade.

Vale ressaltar que cabe à equipe gestora da unidade escolar certificadora, conjuntamente com a coordenação do Programa MédioTEC designarem professores para analisar os casos específicos de aproveitamento de estudos e decidir sobre esses.

O aproveitamento de estudos realizados, conhecimentos ou experiências anteriores devem ser registrados em ata própria e na ficha individual do estudante, devendo ser comunicados à família e, ou ao responsável legal, ou ao estudante, quando maior de idade.

Neste sentido, o estudante que desejar o aproveitamento de estudos, conhecimentos e experiências anteriores deverá solicitá-lo mediante requerimento geral direcionado à equipe gestora da unidade escolar certificadora e coordenação do curso. O requerimento deve ser apresentado juntamente com certificados, diplomas, histórico escolar e ementas ou qualquer outro documento que comprove as aprendizagens adquiridas pelo estudante em outro curso, ou experiências anteriores. Apenas será considerado o aproveitamento de estudos e de experiências anteriores de cursos realizados até cinco anos antes da solicitação de aproveitamento.

Compete à coordenação do curso informar ao estudante os prazos para solicitação e que a abertura do processo não indica aceite no aproveitamento dos mesmos, assim, o mesmo deverá continuar o acompanhamento dos componentes curriculares solicitados até que o resultado da solicitação seja liberado.


Joelma Bonfim da Cruz Campos
Diretora de Educação Profissional
Diretora - Mat. 202.874-3
DODF nº 40, 01/03/2016

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. CNE. Resolução CNE/CEB nº 2/2012. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. Brasília: CNE, 2012.

_____. CNE. Resolução CNE/CEB nº 4/1999. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília: CNE, 1999.

_____. CNE. Parecer CNE/CEB nº 39/2004. **Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004.

_____. Ministério da Educação – CNE/CEB: Resolução Nº 6 de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SETEC, 3ª Edição, 2016. 288p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Guia PRONATEC de Cursos FIC / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SETEC, 4ª Edição, 2016. 234p.

_____. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupação - CBO**. Disponível em: Acesso em: 18 fev. 2017.

_____. L. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, Poder executivo, Brasília, DF, 26 Jul. 2004, Seção 1. p. 48.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 Dez, 1996, Seção 1. p. 27833.

DISTRITO FEDERAL. CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Resolução nº 1/2012-CEDF (alterada em seus dispositivos pela Resolução nº 1/2014-CEDF, publicada no DODF nº 43, de 26 de fevereiro de 2014, p.5). Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal. Brasília, 2014.

_____. Portaria nº 15, de 11 de fevereiro de 2015. **DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de maio de 2015, Seção 1.

_____. Portaria 127 de 30 de março de 2017, “Regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.”. **Diário Oficial [do Distrito Federal]**, Brasília, DF, Nº 63, de 31 de março de 2017. Seção I, p.15 a 18.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes de Avaliação Educacional**: Aprendizagem, Institucional e em Larga Escala. Distrito Federal: SEEDF, 2014.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 6ª Ed – Brasília, 2015.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Diretrizes de Avaliação Educacional. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/sobre-a-secretaria/publicacoes-da-sedf/orientacoes-pedagogicas.htm>. Acesso em 22/02/2017.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Currículo em Movimento da Educação Básica**: Pressupostos Teóricos. Brasília – DF, 2014.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO **Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/sobre-a-secretaria/publicacoes-da-sedf/orientacoes-pedagogicas.htm>. Acesso em 03/03/2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOES, P. B.; PILATTI, L. A. Formação profissional e competências: elementos para uma reflexão andragógica. **Revista Eletrônica FAFIT/FACIC**, v. 3, n. 2, p. 15-34, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS FERAIS – CAMPUS OURO PRETO. **Programas de Disciplinas do Curso Tecnólogo em Conservação e Restauro**. Ouro Preto – MG, 2011. Disponível em: www.ouropreto.ifmg.edu.br/documentos/ProgramasdeDisciplinasOPTRES.pdf. Acesso em: 15 mar. 2017

KENSKI, V.M. **Avaliação da aprendizagem**. In: VEIGA, I.P.A (org.). **Repensando a Didática**. Campinas: Papirus, 3ª Ed. 2007. P. 131 a 143.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.